

Acta N.º <b>15/2011</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL****ACTA N.º 15/2011 DE 16 DE JUNHO**

----- Aos dezasseis dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima quinta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara e Manuel Marques Custodio, Vereador em regime de não permanência. -----

----- Não compareceram à reunião os Vereadores em regime de não permanência, Sr. Dr. Avantino Loureiro Beleza e a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Ribeiro dos Santos. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.<sup>a</sup>. Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e vinte minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

**----- INFORMAÇÕES -----**

----- Foram prestadas algumas informações que irão constar no texto definitivo. -----

**----- a) Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva. -----**

----- O Sr. Presidente informou ter sido recebida a decisão de aprovação da candidatura ao POR Mais Centro da obra em epígrafe. -----

**----- b) Arrendamento das instalações do posto de abastecimento de combustíveis sitas ao Lugar do Ramalhal à CEPSA. -----**

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio por e-mail de 13 de Junho contesta o agendamento do assunto em epígrafe para a reunião de 2 de Junho, com o seguinte teor integral: -----

----- *“Manifesto a minha indignação por o Sr. Presidente ter trazido o processo das bombas de combustível para a última reunião da Câmara, sabendo que eu não iria estar presente, pois na reunião antecedente foi por mim transmitido que não poderia vir à reunião, por ter de, à mesma hora, estar numa audiência no Tribunal de Sátão, por um processo relacionado com a Câmara Municipal.*

----- *Mais: este assunto (Bombas de combustível) foi, inclusivamente, introduzido, a posteriori, por conseguinte alterada a Ordem do dia, por proposta do Sr. Presidente.*

----- *Permito-me pensar que o Sr. Presidente não pretendia a minha presença na discussão desse assunto. Porquê?*

----- Houve, por duas vezes, discussão e deliberações sobre este assunto em reuniões no anterior Executivo, do qual o senhor era Vereador, assim como o Vereador Avantino que votou sempre na retirada das bombas do Centro da vila e que agora se veio a abster. Estranho!

----- O facto de invocar os bombeiros e o donativo para a construção do parque infantil não me convencem.

----- Vila Nova de Paiva fica prejudicada, em termos ambientais, paisagísticos, pois na maioria das Vilas e Cidades os posto de abastecimento foram retirados dos centros, e os empresários do ramo que investiram, na perspectiva de que as bombas de combustível saíssem, são penalizados, por questões concorrenciais.

----- Tenho o direito de pensar que houve má fé, por parte do Sr. Presidente.”

-----O Sr. Presidente da Câmara manifestou desagrado pela afirmação final daquele protesto, dado que não teve má-fé com o Executivo, nem com o Município, porque o que esteve em causa foi a defesa do interesse económico e social do Município. -----

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- Antes de se iniciar a análise da ordem do dia o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação. -----

----- a) – **Ana Cristina Ribeiro Santos**, Vereadora em Regime de não Permanência – Por e-mail registado em 16.06.2011, informa que não pode estar presente na reunião de hoje, dia 16 de Junho de 2011, e solicita a justificação da respectiva falta. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a ausência da Sr.<sup>a</sup> Vereadora à presente reunião. -----

----- **b) Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas e Trás-os-Montes e Alto Douro - Alargamento AA e AR a Castro Daire e Vila Nova de Paiva - A Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., por ofício 2146/11, de 17 de Maio, dão conhecimento da decisão favorável de financiamento, no âmbito do POVT.**

----- O Executivo tomou conhecimento da decisão favorável de financiamento das operações relativas ao alargamento do sistema de abastecimento de água e do sistema de águas residuais a Castro Daire e Vila Nova de Paiva, bem como da minuta dos novos contratos de fornecimento em alta e de recolha de efluentes a celebrar com a empresa Águas e Trás-os-Montes e Alto Douro, SA. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade solicitar aos serviços técnicos da Câmara um estudo técnico-financeiro dos custos actuais do fornecimento de águas e do tratamento de águas residuais, para ser apresentada em próxima reunião de Câmara. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

Acta N.º <b>15/2011</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária de 02 de Junho do ano em curso.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria com abstenção do Sr. Vereador Manuel Custódio, por não ter estado presente naquela reunião, aprovar o texto definitivo da acta. ----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- Por Empreitada -----

a) Empreitada de “**Construção de Infra-estruturação e Pavimentação dos Arruamentos A, B, C, S, E, F G, H EM Vila nova de Paiva** – Adjudicatária: EDIBEST – Engenharia e Construção, L.da – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos contratuais n.º 1, no valor excluído o IVA, de €19.678,48. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- a) **Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada** no período compreendido entre o dia 15 e o dia 31 de Maio de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- a) **Proposta de autorização de apresentação de pedido de financiamento até ao montante máximo de € 137.446,25** no âmbito do Empréstimo-Quadro (EQ) contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI) para a obra de “Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva”. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 08 de Junho de 2011, do seguinte teor integral: -----

----- “*Considerando que:*

a) *O contágio da crise financeira à economia real, o aumento da incerteza, a deterioração das perspectivas de crescimento e as condições mais restritivas na concessão de crédito têm vindo a reflectir-se na capacidade de execução dos promotores de projectos aprovados no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para 2007-2013 (que constitui o enquadramento para a concretização da política comunitária de coesão económica e social em Portugal), afectando os calendários e ritmos inicialmente previstos.*

b) *No sentido de inverter esta tendência e, deste modo, contribuir para minorar os efeitos negativos da crise económica na implementação do QREN, o Governo celebrou, em*

19 de Novembro de 2010, um contrato de Empréstimo-Quadro (framework loan) com o Banco Europeu de Investimento (BEI) no valor de 450 milhões de euros, que constitui a primeira tranche de um empréstimo cujo valor global ascende aos 1.500 milhões de euros, para o financiamento de operações aprovadas a co-financiamento pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, sendo beneficiários, entre outros, as Autarquias Locais, conforme Despacho n.º 6.572/2011, de 4 de Abril de 2011, dos Ministérios das Finanças e da Economia (publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 80, de 26 de Abril de 2011), que fixou as condições de acesso e de utilização dos financiamentos daquele Empréstimo-Quadro (EQ).

c) Esta Câmara Municipal apresentou candidatura do projecto da obra de “CONSTRUÇÃO DO PARQUE URBANO E PRAIA FLUVIAL DE VILA NOVA DE PAIVA”, a co-financiamento do MaisCentro – Programa Operacional Regional do Centro, em regime de Balcão Permanente no âmbito da Contratualização relativo à CIMRDL – Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, que este Município integra, que obteve parecer favorável do respectivo Conselho Executivo em reunião de 17 de Março de 2011, tendo sido submetida à Unidade Orgânica respectiva do Programa MaisCentro, aguardando-se aprovação.

d) Aquele projecto satisfaz as condições gerais de elegibilidade previstas no n.º 6 do Despacho n.º 6.572/2011 para beneficiar de financiamento no âmbito do EQ.

e) Nos termos do n.º 7 do Despacho n.º 6.572/2011, o valor do financiamento a conceder a cada operação no âmbito do EQ está subordinado a determinadas condições, nomeadamente que o valor do financiamento, em conjunto com o co-financiamento FEDER ou FC, não pode exceder 90 % do custo total previsto na decisão de aprovação do co-financiamento de FEDER ou FC da operação (conforme alínea b)) e, o valor de financiamento seja compatível com as obrigações orçamentais a que a entidade interessada esteja sujeita, designadamente a sujeição a limites de endividamento (conforme alínea e)).

f) O referido projecto de “Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva” obteve parecer favorável do Conselho Executivo da CIMRDL, nas seguintes condições:

- Investimento total ----- € 1.373.555,53;
- Investimento elegível ----- € 1.373.442,16;
- Subsídio FEDER (80% do investimento elegível) ----- € 1.098.753,73.

Ora, 90% do investimento total corresponde a € 1.236.199,98 que, deduzido do subsídio FEDER (€ 1.098.753,73), se traduz no montante de € 137.446,25, que corresponde ao valor máximo do financiamento no âmbito do EQ para aquela operação.

Acta N.º <b>15/2011</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

*g) Aquele valor de financiamento contém-se nos limites de endividamento deste Município para 2011, que são os seguintes conforme ofício n.º S-001622, de 30.05.2011, da Direcção Geral das Autarquias Locais anexo:*

*– Endividamento líquido (EL) = € 4.303.153,00;*

*– Endividamento de médio e longo prazos (EMLP): € 3.199.149,00.*

*h) Nos termos dos n.ºs 3 a 8 do Anexo 3 do Despacho n.º 6.572/2011, o financiamento é concedido pelo prazo não superior a 15 anos, em função da tipologia da operação, as amortizações do capital são efectuadas semestralmente, podendo ter um período de carência de até três anos, e os juros são pagos semestral e postecipadamente, sem período de carência, sendo as amortizações de capital e o pagamento de juros efectuados no primeiro dia útil após o final do semestre; a taxa de juro aplicável em cada semestre é a correspondente à suportada pela República Portuguesa no âmbito do EQ, actualmente de 3,901%, acrescida de uma margem de 20 p.b. (pontos base), pelo que a taxa de juro será de 4,101%.*

*Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere aprovar a presente proposta de autorização de apresentação de pedido de financiamento até ao montante de € 137.446,25 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos), no âmbito do Empréstimo-Quadro (EQ) contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI) para financiamento complementar da obra de “Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva”, pelo prazo não superior a 15 anos, com um período de carência de três anos, com taxa de juro actual de 4,101%, a submeter à autorização da Assembleia Municipal em conformidade com a alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º da mesma Lei, estando o respectivo contrato de empréstimo sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas conforme alínea a) do n.º 12 do Anexo 5 ao Despacho n.º 6.572/2011.”*

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente.

**----- b) Clube de Orientação de Viseu** – Por ofício n.º 016/11, Proc.º 3.4 de 16.05.2011, solicitam atribuição de subsídio para a realização dos IX Jogos Desportivos de Vila Nova de Paiva do ano de 2010 e a actividade “II Eco-Semana “ realizada no Parque Botânico no dia 23.03.2011. -----

**----- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, autorizar a atribuição de um subsídio no monte de cento e cinquenta euros. -----

**----- c) Proposta de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2011.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 08 de Junho 2011, do seguinte teor integral: -----

*“1 – Com a publicação do Decreto-Lei n.º 179/99, de 21 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 94/2004, de 22 de Abril, e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 38/2006, de 20 de Fevereiro, foram estabelecidas as regras e procedimentos a observar na criação e reconhecimento de equipas de sapadores florestais, cuja regulamentação foi aprovada pela Portaria n.º 668/2001, de 4 de Julho. De referir que aqueles diplomas foram entretanto revogados pelo Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de Maio.*

*2 – Decorrente do disposto na alínea d), do n.º 2, do art.º 3.º, do Decreto-Lei n.º 179/99, esta Câmara Municipal apresentou candidatura ao Programa Sapadores Florestais junto da Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF), sendo contemplada com uma Equipa de Sapadores Florestais, notada por SF 26-165 Vila Nova de Paiva, constituída por cinco sapadores florestais.*

*3 – Conforme art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 179/99, os apoios ao funcionamento das equipas de sapadores florestais assumem a forma de subsídio a fundo perdido por períodos de cinco anos, sendo que o apoio anual a atribuir pelo Estado ao funcionamento das equipas é correspondente aos trabalhos de serviço público de prevenção, vigilância, primeira intervenção, apoio ao combate e rescaldo e vigilância pós-incêndio, num montante anual não superior a € 35.000,00, sendo da responsabilidade das entidades detentoras das equipas as despesas decorrentes da contratação dos sapadores, incluindo salários, encargos sociais e seguros, as despesas de funcionamento e as de enquadramento técnico da equipa.*

*4 – Na sequência de processo simplificado de selecção foram celebrados, com efeitos a partir de 14 de Julho de 2008, contratos individuais de trabalho a termo resolutivo certo com cinco candidatos a sapadores florestais, com fundamento e ao abrigo da alínea i), do n.º 1, do art.º 9.º, da mesma Lei n.º 23/2004 (desenvolvimento de projectos não inseridos nas actividades normais dos órgãos ou serviços), pelo prazo de um ano, eventualmente renovável nos termos legais, regendo-se os contratos pelo disposto na referida Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, no Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e respectiva regulamentação aprovada pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho.*

*5 – Em 21 de Julho de 2008 foi celebrado Protocolo entre a Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) e a Câmara Municipal, para apoio ao funcionamento da equipa de sapadores florestais.*

*6 – Decorrente da entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2009, do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) aprovado em Anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, por interpretação “a contrario” do n.º 1 do art.º 14.º daquele*

Acta N.º <b>15/2011</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

*diploma preambular, os contratos em execução em 1 de Janeiro de 2009 cujo prazo inicial fosse inferior a dois anos ou que, tendo sido objecto de renovação, tivessem, naquela data, uma duração inferior a dois anos, ficam sujeitos à duração máxima fixada no art.º 103.º do Anexo I (Regime) do RCTFP, o que significa, no caso dos contratos dos sapadores florestais, que a sua duração não poderá ultrapassar o prazo de três anos.*

*7 – A cláusula 13.ª do referido Protocolo celebrado com a Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) dispõe que “O presente protocolo vigora até à extinção da equipa, sem prejuízo da suspensão do pagamento de apoios nas situações nele previstas ou estabelecidas por lei, podendo ser alterado por acordo entre as partes.”*

*8 – Mantendo-se em vigor o referido protocolo e muito embora esteja em causa o desenvolvimento de actividades não inseridas nas actividades normais dos serviços municipais, será de interesse público municipal a manutenção de uma equipa de sapadores florestais para trabalhos de serviço público de prevenção, vigilância, primeira intervenção, apoio ao combate e rescaldo e vigilância pós-incêndio, dadas as características florestais do Concelho.*

*9 – De harmonia com o art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, diploma que adaptou à administração autárquica a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24.04, e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31.12, 3-B/2010, de 28.04 e 34/2010, de 02.09 e 55-A/2010, de 31.12, os municípios dispõem de mapas de pessoal anuais, aprovados, mantidos ou alterados, pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. O Mapa de Pessoal em vigor para o ano em curso foi aprovado pela Assembleia Municipal na sessão de 27 de Dezembro de 2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião de 16 de Dezembro de 2010.*

*10 – Tendo em vista a manutenção de uma equipa de cinco sapadores florestais, a modalidade de relação jurídica de emprego público mais adequada será a termo resolutivo incerto, nos termos dos artigos 106.º e 107.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro (RCTFP), face à vigência do Protocolo celebrado com a Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) em 21 de Julho de 2008.*

*Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, que delibere aprovar a 1.ª Alteração do Mapa de Pessoal em vigor, constante em anexo, a fim de ser submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, de harmonia com a alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, no sentido de serem criados cinco postos de trabalho, afectos ao Gabinete Técnico Florestal (GTF), a ocupar a termo resolutivo incerto, sendo automaticamente extintos os idênticos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal a termo resolutivo*

